



provação automática: proposta pedagógica ou casuísmo político?

*Raquel Bertolini do Nascimento**

Abstract

The public politicians on education have been using the system of automatic approval as a way to guarantee the quality of education in the basic level. This article wants to offer a reflexion on the importance of collective participation on the configuration and operationalization of such a proposal.

Uma das marcas do nosso tempo é, sem dúvida, a necessidade de mudança, ancorada nos imperativos da modernidade e da nova ordem econômica. No que concerne à educação, há muito se acompanha o discurso da falência do sistema escolar por não atender aos interesses da produção, da necessidade do mercado. Não se pode negar que investir na mudança é, hoje, requisito para a própria sobrevivência da escola, enquanto agência formalmente responsável pela promoção do desenvolvimento pleno do ser humano. Nesta investida, vimos vivenciando, ao longo da história, constantes crises e muitas tentativas de superá-las, na educação pública no Brasil.

Governo após governo, acompanhamos o discurso em prol da democratização do ensino, entendida apenas como sinônimo da expansão quantitativa das vagas no ensino fundamental. Soluções técnicas são transformadas em programas sem nenhuma participação da comunidade

* Professora de Ensino Fundamental do Colégio de Aplicação "João XXIII" da UFJF/ Especialista em Psicopedagogia.

escolar, como foi o caso do Ciclo Básico de Alfabetização em Minas Gerais, ficando fadadas ao fracasso por serem exercidas sem legitimação. Sabendo-se que somente a construção coletiva é capaz de diminuir resistências, estas propostas pedagógicas apenas legitimam o poder de um grupo.

Uma escola pública, gratuita e de qualidade, garantida para a totalidade da população brasileira, é um objetivo perseguido por muitos educadores e por diferentes segmentos que compõem a sociedade. Segundo Fusari¹, democratizar a escola significa uma conquista da população em relação a um dos seus direitos básicos que é a educação escolar.

Neste sentido, permanecer na escola, superar as altas taxas de evasão e repetência se faz urgente, pois esses são fatores que impedem o avanço da democratização e não garantem o acesso a um ensino de qualidade, capaz de instrumentalizar o cidadão para uma prática social mais coerente, articulada e transformadora.

Em 1997 fomos convidados, como professores do Colégio de Aplicação, a participar de uma avaliação do PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais), particularmente do documento sobre o ensino de Língua Portuguesa, que deveria ser enviada ao MEC (Ministério da Educação e Cultura) pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Ao terminar a leitura do documento, sentimos uma frustração enorme por não termos sido os autores da proposta, pois ali estava todo o nosso discurso enquanto educadores... Entretanto, surgiu uma angústia ainda maior em relação à maneira como haveria de ser implementado nas escolas e que tipo de leitor o documento pressupunha (com certeza a grande maioria de professores espalhada por este país não possui os conhecimentos necessários para a compreensão do texto).

Fatos como este, nossas leituras e experiências nos despertam para a busca da compreensão do discurso político-pedagógico, parte integrante da atual política pública na educação, no que concerne à eliminação da repetência no ensino fundamental apenas com o estabelecimento da **progressão automática** (terminologia com a qual não concordo, já que não se pode apenas eliminando a repetência, garantir ao aluno algum progresso).

Estamos habituados a conviver com um sistema de avaliação classificatório e seletivo. Esta é, com certeza, uma realidade que precisa e pode ser mudada, pois também a seletividade, através da aprovação ou da reprovação, não garante a qualidade do ensino. Entretanto, sabemos que toda mudança precisa estar sedimentada na prática pensada, refletida, iluminada pela teoria e construída social e historicamente.

Segundo Schön² 1995 p. 79, "estamos a repetir um modelo já conhecido de política de reforma, ou seja, uma regulação do centro para a periferia", reforçada por um sistema de prêmios e punições.

¹ FUSARI, José Cerchi. Aluno: nem réu nem vítima. *Revista Educação Municipal*, Ano I, São Paulo, nº 1, p.97 - 100, jun. 1988.

² SCHÖN, Donald A. *Formar professores como profissionais reflexivos*. In.: NÓVOA, António org. *As organizações escolares em análise*. 2 ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote/ Instituto de Inovação Educacional, 1995. p. 79.

Extirpar a repetência, apenas por uma decisão governamental, não seria também uma forma de elitizar o ensino, legitimando uma injustiça causada pela organização econômica e política em que vivemos? Entendendo-se elitização como a manutenção da divisão da sociedade em categorias sociais distintas, onde uma minoria pensa e ordena enquanto a maioria executa e obedece, onde a maioria dos filhos de operários permanecem operários... Num mundo globalizado, que chances teriam estes cidadãos que não tiveram acesso a um ensino de qualidade e apenas completaram o período escolar, para enfrentar e/ou superar com competência os problemas encontrados neste tipo de sociedade?

É imperativo coibir a cultura da reprovação, mas há de se rejeitar a crença ingênua de que a eliminação da repetência *"per se"* poderá dar conta das inúmeras mazelas do sistema educacional brasileiro e garantir, para os filhos dos trabalhadores, a mesma qualidade oferecida à elite.

Enquanto cidadãos que têm direito a um ensino de qualidade, "os alunos não devem ser percebidos como réus a serem punidos, nem tampouco como vítimas a serem recompensadas" (FUSARI 1988, p.100) com um sistema de aprovação automática.

Sabemos que a educação, enquanto política pública, sempre traz à tona interesses bastantes diferenciados. Esses interesses, entretanto, retratam a definição que têm, dos fins da educação, os grupos que a institucionalizam; embora devessem estar comprometidos com o interesse social mais amplo. A própria LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) aprovada e sancionada em dezembro de 1996, não é resultado de consenso. Apesar de o texto aprovado pela Câmara dos Deputados em 1993 também não o ser, representava um grupo maior, comprometido com a educação pública, e era resultado de manifestações populares.

Em nome da "modernidade", travestida de novidade, elimina-se a repetência como "marketing" de uma escola pública eficiente e de qualidade, como se esse fosse apenas um instrumento técnico e neutro.

Apesar da multiplicidade de teses em defesa da promoção automática, considero que o grande avanço proposto por esta prática está na ruptura da seriação que tem sido um entrave no processo educacional e no sucesso escolar. Com isto, torna-se necessário redefinir os critérios da avaliação, do que seja aprovável, reprovável, fracasso e sucesso no cotidiano escolar, no processo ensino-aprendizagem. Neste caso, a avaliação torna-se uma forte aliada para aquilatar os avanços e retrocessos do processo, permitindo ações-reflexões que efetivamente definam o papel da educação na sociedade atual. Assumir esta postura crítica diante da avaliação requer uma reorientação da teoria e prática do professor, numa perspectiva emancipatória.

Entretanto, é conveniente lembrar que são vários os fatores que impedem a realização de um trabalho pedagógico de qualidade, principalmente no que se refere à formação continuada do professor e à sua valorização profissional por meio do estabelecimento de carreiras e remunerações condizentes. Só através de investimentos nestas áreas será possível alterar procedimentos arraigados há anos na cultura educacional brasileira.

Embora as contribuições das Ciências Sociais estejam presentes nos discursos das políticas públicas de aprovação automática, muito pouco têm alterado o trabalho em sala de aula e o contexto escolar como um todo no que diz respeito à qualidade. Como a prática da eliminação da repetência não é objeto de uma construção coletiva, alteraram-se apenas os ânimos dos professores e pais de alunos que percebem a imposição da proposta, sem contudo entender seus pressupostos teóricos.

Quando se fala em desenvolvimento e linguagem, geralmente são tomados como referência a criança e o adolescente. Considero importante ressaltar alguns aspectos do desenvolvimento cognitivo e afetivo do adulto, já que os professores são elementos envolvidos neste processo de mudança. As contribuições de Vygotsky nos ajudam a compreender as implicações da relação cognitivo/afetivo. A estrutura cognitiva do adulto ou do jovem trabalhador é uma rede de relações mais complexa que a da criança, sendo o tempo de fundamental importância, entendendo-se tempo em toda sua dimensão social. O adulto já experienciou o seu conhecimento várias vezes através das relações sociais e culturais, formulando assim uma concepção de mundo carregada de valores, de conceitos bastante desenvolvidos. Portanto, para esse professor que é obrigado a mudar sua prática, o desequilíbrio no confronto com novas informações pressupõe uma interação mais intensa, pois envolverá uma organização já estabelecida. Esse processo é, ao mesmo tempo, intelectual, social e afetivo.

Por isso, o adulto tende a ser mais resistente às inovações, pelo confronto com todo o processo já construído em sua interação com o mundo.

A qualidade que se pretende para a vida humana tem que ser ética, estruturada em valores que resguardem a democracia e implementem a justiça social. Esta qualidade não é a mesma apregoada pelo mundo "globalizado" que incentiva a competição, o individualismo, em detrimento da cooperação e do senso coletivo.

Se entendermos por democratização da escola pública o fato de que, nos próximos anos, um número maior de crianças e jovens permanecerá menos tempo na escola porque não haverá repetência, garantindo o atendimento da demanda com um custo menor, sem dúvida deverá ter havido uma democratização. Isto, sem entrar no mérito da evasão em virtude do desemprego estrutural, pelas mudanças nas regras da economia, quando milhares de pessoas permanecem em situação de miséria...

Porém, se aceitarmos o fato de que os alunos vindos de meios sociais e culturais diferentes, mesmo não repetindo, não terão acesso a uma educação de qualidade e às mesmas chances de êxito no futuro, então a luta pela democratização ainda estará longe de ter alcançado seu objetivo.

O exercício de se construir um movimento coletivo de reflexão e busca de soluções dentro da realidade da própria unidade escolar, definindo as formas de ação, é um caminho para se garantir, realmente, um ensino comprometido com a comunidade em que essa escola está inserida.

O Estado precisa e deve substituir as formas tradicionais de controle, enfatizando o projeto político-pedagógico da unidade escolar. Reduzir a escola a mera executora das políticas públicas, alheia ao processo de elaboração dos planos educacionais, não contribuirá para a consecução da qualidade que se pretende. A autonomia da escola em gerenciar suas ações educativas é a forma de garantir a eficiência das propostas de mudança.

Considerando a importância da construção coletiva como um dos fatores para o sucesso da implementação de políticas públicas, o presente artigo visa contribuir para a reflexão e para o exercício da criticidade de nossa própria prática pedagógica, enquanto participantes do processo educativo, como forma de evitar que experiências pedagógicas incentivadas por lideranças educacionais lúcidas e conscientes não sejam utilizadas por casuísmos políticos e, conseqüentemente não seja, mais uma vez, atribuída aos professores a responsabilidade pelo fracasso destas propostas.

Referências Bibliográficas

- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia - Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- FUSARI, José Cerchi. Aluno: nem réu nem vítima. **Revista Educação Municipal**, Ano I, São Paulo, nº 1, p.97 - 100, jun. 1988.
- SCHÖN, Donald A. **Formar professores como profissionais reflexivos**. In.: NÓVOA, António org. *As organizações escolares em análise*. 2 ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote/ Instituto de Inovação Educacional, 1955.
- SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS. Examinando o Sistema Seriado, O Ciclo e as Possibilidades de Mudanças. In: **Ciclos de Formação Básica: A implantação do Regime de Progressão Continuada no Ensino Fundamental**. Belo Horizonte, 1997. p.09-12.
- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BELO HORIZONTE. A Concepção de Avaliação na Perspectiva da Escola Plural. In: **A Avaliação na Escola Plural: Um Debate em Processo**. Caderno 06, Belo Horizonte, 1996. p. 34-36.
- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PORTO ALEGRE. Ensino por Ciclos: Alternativa para o Sucesso Escolar. In: **A Paixão de Aprender**. Porto Alegre, 1995. Nº 9, p. 12-25.
- SILVA, Rose Neubauer da, DAVIS, Cláudia. **É Proibido Repetir**. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Fundamental, 1994. (Série Atualidades Pedagógicas, 4).
- VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.